

**ATA 1ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.**

1 A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), por meio da Superintendência Executiva de  
2 Mobilidade Urbana (Semob-JP) realizou a Primeira Audiência Pública referente ao Plano Diretor  
3 de Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa (PlanMob-JP), às nove horas da manhã,  
4 do dia dezoito de julho de dois mil e dezessete, no auditório do Ministério Público da Paraíba  
5 (Rua Rodrigues de Aquino, s/n), regularmente convocada por meio de convite publicado no  
6 Diário Oficial, no dia 12 de julho de 2017, além da publicação no portal oficial da prefeitura  
7 municipal de João Pessoa, redes sociais e demais mídias da cidade, a fim de convocar a  
8 população para conhecer e a participar do processo de elaboração do Plano de Mobilidade  
9 Urbana de João Pessoa, as suas formas de participação social, etapas e cronograma das  
10 atividades. Estiveram presentes o Prefeito Municipal Luciano Cartaxo, integrantes da equipe  
11 técnica da Prefeitura Municipal; secretários e assessores municipais; diretores de departamento  
12 e coordenadores dos órgãos da administração municipal; representantes de órgãos de  
13 comunicação, lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais, Ongs e  
14 Associações e representantes do Consórcio Concremat/Sistran/Comap responsável pela  
15 elaboração do documento Planmob-JP, constantes na lista de presença anexa a esta Ata.  
16 Compôs a mesa de autoridades, o prefeito Luciano Cartaxo; o superintendente da  
17 Superintendência Mobilidade Urbana de João Pessoa, Senhor Carlos Batinga; o promotor de  
18 justiça João Geraldo Barbosa, representando a Câmara Municipal de João Pessoa; o vereador  
19 Tibério Limeira, representando a prefeitura do município de Conde; o secretário de planejamento  
20 do município do Conde Flávio Tavares e representando a Assembléia Legislativa de João  
21 Pessoa, a Deputada Estadual Estelizabeth Bezerra. O prefeito Luciano Cartaxo deu início ao  
22 debate sobre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana dando boas vindas a todos os presentes,  
23 saudou as autoridades que compuseram a mesa, falou da alegria de estar presente com todos  
24 os presentes, saudou todos os secretários os municipais. O prefeito pontuou que o Plano Diretor  
25 de Mobilidade Urbana é um tema de extrema importância para a cidade de João Pessoa, que é  
26 um tema recorrente não só nas grandes metrópoles do país e nas capitais, mas nas cidades de  
27 um modo geral. Ressaltou ainda que a cidade de João Pessoa vivenciou um dia histórico porque  
28 a partir do debate realizado na primeira audiência pública sobre o plano municipal de mobilidade  
29 urbana a cidade irá dar passos largos como política pública de impacto na qualidade de vida de  
30 todos. Ressaltou também que o PlanMob é uma obrigação por ser proveniente da Lei Federal da  
31 Mobilidade, onde há uma opção da gestão em ouvir pessoas e a sociedade para elaboração do  
32 Plano. O prefeito também pontuou que ao final de todo processo o texto do PlanMob será  
33 encaminhado para câmara municipal para também ser tornar Lei Municipal e reforçou que

ATA 1ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

34 haverá um debate amplo e constante sobre o plano, que contará com pesquisas domiciliares, um  
35 recorte de doze mil residências participantes. Disse que o PlanMob é um projeto de extrema  
36 participação popular, onde as pessoas irão poder colaborar relatando sobre os seus destinos no  
37 cotidiano, sendo que esses dados servirão inclusive para nortear os investimentos necessários  
38 na política de mobilidade urbana da capital. Reforçou a importância do plano de mobilidade  
39 urbana e da lei de mobilidade urbana para a cidade, quando finalmente é chegado o momento  
40 de se ter perspectivas em relação ao planejamento da mobilidade, mas da cidade como um todo.  
41 Trouxe a informação da existência do Plano de Desenvolvimento João Pessoa Sustentável,  
42 projeto construído em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com um  
43 financiamento no valor de cem milhões de dólares destinados à cidade de João pessoa.  
44 Esclarece também que a proposta original de financiamento do PlanMob seria via o recurso do  
45 BID, mas que PlanMob contará com os recursos da própria Prefeitura de João Pessoa e que o  
46 Plano será uma política isolada, mas que estará inserido numa grande política de  
47 desenvolvimento e de planejamento de médio e longo prazo. O prefeito desejou votos de que a  
48 audiência renda bons frutos, ressaltou que o plano precisará da participação da sociedade, como  
49 também da imprensa, para levar o bom debate a toda região metropolitana, da necessidade de  
50 se construir um plano com a cara da cidade, que priorize as pessoas, principalmente o pedestre,  
51 e que também contemple as várias modalidades de deslocamento, visando à qualidade de vida  
52 da população. Encerrou sua fala parabenizando a todos, repassando a continuidade da  
53 apresentação ao superintendente da Semob-JP Senhor Carlos Batinga. O superintendente  
54 Senhor Carlos Batinga antes de fazer toda a explanação sobre os detalhes do PlanMob  
55 repassou a palavra ao promotor de Justiça João Geraldo, que é o promotor da área de  
56 mobilidade, ressaltando que finalmente a gestão poderá cumprir a elaboração do Plano, tão  
57 cobrado, inclusive pelo promotor de justiça João Geraldo. O promotor saudou a todos, as  
58 autoridades presentes na mesa, na pessoa do prefeito Luciano Cartaxo e reforçou as palavras  
59 do Superintende Sr. Carlos Batinga com relação à cobrança da elaboração e execução do  
60 PlaMob e por isso não poderia deixar de comparecer a um evento tão importante referente ao  
61 cumprimento da Lei 12.587, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana e essa  
62 efetivação se dá com o plano de mobilidade urbana, mas que para ele também se trata de  
63 mobilidade humana pois envolve a questão da infraestrutura de mobilidade urbana de João  
64 Pessoa, dos reclames da necessidade da população, dos reclames do crescimento populacional.  
65 Ressaltou que o Plano é mais do que bem-vindo, onde o mesmo não considera que o plano  
66 chegou com atraso, mas que o prefeito municipal de João Pessoa, dentro da ação civil pública

ATA 1ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

67 impetrada pelo Ministério Público cobrando a efetivação, estará dando agora o andamento de  
68 recuperação do tempo que por alguns motivos ou outros se perdeu, mas o que interessa é esse  
69 momento de implementação do PlanMob. Também falou da necessidade da elaboração do plano  
70 para a cidade que faz interligação com os demais municípios da Paraíba. Disse também que a  
71 cidade de João Pessoa ao acertar em seu PlanMob, poderá servir de exemplo para as demais  
72 cidades da região. Encerra a sua fala agradecendo a presença de todos, à equipe da Semob-JP,  
73 e que continuará acompanhando o PlanMob, como também estará presente nas demais  
74 audiências públicas. Em seguida o Superintendente Senhor Carlos Batinga deu prosseguimento  
75 à apresentação do PlanMob, apresentou a comissão técnica da Semob-JP que coordena o  
76 PlanMob: Senhor Adalberto Araújo, arquiteto e diretor de planejamento, Senhor Nilton Pereira,  
77 professor universitário e pesquisador na área de mobilidade, arquiteta Senhora Sheila Freire,  
78 arquiteta e professora universitária, como também apresentou o Consórcio  
79 Concremat/Comap/Sistran executor do processo de elaboração do PlanMob. O Superintende  
80 colocou que acredita que a cidade não está atrasada em relação ao prazo de elaboração do  
81 PlanMob, considerando que a Lei de Mobilidade Urbana é recente, sancionada em 2012, e, que  
82 as cidades brasileiras estão em fase de adaptação e preparação para elaborar seus planos.  
83 Ressaltou o empenho da gestão em elaborar o processo de licitação de contratação do  
84 Consórcio. Colocou que o PlanMob traz algumas inovações, a exemplo da participação social  
85 ampliada e que esse Plano é um Plano Metropolitano, pois dialoga também com os municípios  
86 de sua microrregião: Santa Rita, Bayeux, Conde e Cabedelo. Em seguida deu início à  
87 explanação do PlanMob, por meio de slides, mostrando que o plano é norteado em três pilares:  
88 participação social, sustentabilidade e fortalecimento institucional. Discorreu sobre alguns pontos  
89 conceituais a respeito da mobilidade urbana e o Plano Diretor de Mobilidade Urbana. Expôs os  
90 principais motivos que levaram às cidades brasileiras a optarem por uma política de mobilidade  
91 urbana, ilustrando também fatores específicos da cidade de João Pessoa, mas também  
92 aproximando a problemática da mobilidade urbana de João Pessoa à realidade das demais  
93 cidades. Elencou quais as etapas que compõem o PlanMob: 1) pré-diagnóstico, 2) diagnóstico,  
94 3) Prognóstico, 4) Propostas, 5) Texto Final, 6) Monitoramento, descrevendo o significado de  
95 cada etapa. Com relação à participação social, a população poderá dar as contribuições nas  
96 seguintes atividades previstas no planejamento de interação social: audiências públicas,  
97 reuniões setoriais e *workshops*. As audiências públicas acontecerão ao final de cada etapa do  
98 PlanMob, as reuniões setoriais acontecerão durante a fase de pré-diagnóstico e os *workshops*  
99 que acontecerão em dois momentos: o primeiro logo após as reuniões setoriais e o segundo no

**ATA 1ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.**

100 processo final do diagnóstico e prognóstico. Para finalizar a apresentação do PlanMob, o  
101 Superintendente passou para palavra para o coordenador do Consórcio, Senhor Carlos Henrique  
102 Leandro Pires, que apresentou o site do PlanMob, [www.planmob.hexti.com.br](http://www.planmob.hexti.com.br), disponível para a  
103 população desde o momento de sua apresentação, um espaço onde a população poderá se  
104 informar sobre a agenda do Plano e sobretudo enviar as suas contribuições com assuntos  
105 pertinentes ao Plano. Em seguida deu-se início ao segundo momento da audiência pública, que  
106 consistiu no espaço aberto para os presentes apresentarem as suas colocações. O Senhor  
107 Roberto Guilherme, representante do Fórum Nacional da Reforma Urbana e Movimento  
108 Nacional de Luta pela Moradia, sugeriu que as audiências sejam durante o dia, pois o horário  
109 facilita um maior acesso da população. O Senhor Ivo Souza da Silva, representante do  
110 Movimento de Moradia Ação e Luta Comunitária, considerou que número das reuniões setoriais  
111 é insuficiente e também colocou que o PlanMob deve priorizar as pessoas de mobilidade  
112 reduzida. O Senhor André Nascimento, representante do Pedal Jampa e da Federação  
113 Paraibana de Ciclismo, elogiou a iniciativa da Superintendência de Mobilidade Urbana pela  
114 iniciativa. A Senhora Marilene Alves, representante da quinta região do Orçamento Participativo,  
115 reivindicou melhorias imediatas com relação ao transporte público que atende os moradores (em  
116 sua maioria idosa) do Residencial Nice de Oliveira, no bairro Paratibe. O Senhor Reginaldo Silva,  
117 conselheiro do bairro Jardim Treze de Maio, reivindicou da gestão municipal urgência nas  
118 intervenções para melhorar a acessibilidade, sendo ele cadeirante e conhecedor das dificuldades  
119 de transitar na cidade sem calçadas apropriadas para deficiente e o pedestre. Também trouxe  
120 uma reclamação sobre a demanda reduzida as linhas da empresa Mandacaruense, que fazem a  
121 rota do Bairro dos Novais ao Jardim Treze de Maio. Pediu que houvesse mais fiscalizações para  
122 os ônibus que circulam em condições precárias, pois para os cadeirantes os ônibus nem sempre  
123 tem uma estrutura adequada para recebê-los, tendo que muitas vezes o próprio motorista ou  
124 cobrador ter que levá-lo nos braços por falta de elevadores para deficientes físicos, ainda  
125 trouxe a problemática do tempo de espera longo nas paradas de ônibus. A Senhora Estelizabeth  
126 Bezerra, Deputada Estadual, também ex-secretária do planejamento do município de João  
127 Pessoa, saudou todos os presentes e parabenizou a Semob-JP pela iniciativa de elaboração do  
128 PlanMob, ressaltando que é importante o cumprimento das obrigações, considerando o  
129 momento que se vivencia uma grande insegurança institucional do cumprimento das  
130 responsabilidades políticas, em ambientes públicos. Colocou que teve uma participação na  
131 construção do Plano Diretor de João Pessoa no ano de dois mil e oito e de fato a cidade de João  
132 Pessoa está sim atrasada, não só na gestão atual, mas atrasada há muitos anos na atualização

ATA 1ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

133 do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, um atraso na gestão atual e um atraso histórico.  
134 Prosseguiu destacando que o público presente é pequeno em se tratando de representação da  
135 sociedade, porém é um público qualificado e alinhado com o tema da mobilidade urbana, onde  
136 da presença das pessoas com deficiência, as pessoas de diversos bairros da cidade, que já  
137 trabalham com o tema há muito tempo, sugere para a vereança presente e para os técnicos do  
138 executivo, que o diálogo seja permanente sobre as demandas do cotidiano, onde as falas que  
139 surgiram são falas de pessoas que compreendem a realidade local, a exemplo da rotatória do  
140 campo do Santos, no bairro do Geisel, demanda que não depende do Plano de Mobilidade para  
141 ser resolvida. Destacou a preocupação sobre a articulação do Plano de Mobilidade com a  
142 atualização do Plano Diretor, a exemplo da necessidade de se criar sinergia entre os bairros com  
143 realidades distintas. No bairro de Mangabeira é possível encontrar sinergia, pois as pessoas  
144 conseguem resolver suas demandas nos próprios bairros, mas num bairro antigo como o Cristo  
145 Redentor, as pessoas precisam se deslocar até o Centro da cidade ou até Mangabeira para  
146 resolver suas demandas. Também mencionou a existência do Fórum Participativo do Plano  
147 Diretor que está trabalhando com várias associações e representações da sociedade para  
148 participar da construção do Plano Diretor. Devido ao crescimento da cidade, João Pessoa não  
149 comporta mais não ter um porto seco, onde se veem veículos de grande porte, como carros-  
150 cegonha, circulando em horários de grandes congestionamentos nas principais vias da cidade,  
151 inclusive esses carros estacionam em via pública, privatizando o espaço que é público. O Senhor  
152 Tibério Limeira, vereador municipal e também presidente da Frente Parlamentar de Mobilidade  
153 Urbana, juntamente com vereadores Tiago Lucena e Damásio Franca, se pronunciou dizendo  
154 que apesar de fazer parte da bancada de oposição à gestão municipal, o diálogo e abertura para  
155 pelo menos tentar construir algumas soluções pra cidade junto à Semob-JP tem sido  
156 extremamente produtivo, respeitoso e acolhedor. Agradeceu ao Superintendente da Semob-JP,  
157 Senhor Carlos Batinga e ao Diretor de Planejamento, Senhor Adalberto Araújo, pela forma que  
158 vem dialogando. Também falou sobre a necessidade de se alinhar o Plano de Mobilidade  
159 Urbana ao Plano Diretor. Trouxe como dados da Semob-JP o percentual de setenta e cinco por  
160 cento das pessoas que andam de transporte público, a pé e de bicicleta ocupam um por cento  
161 das vias, enquanto os carros ocupam noventa e nove por cento, e, respondem por vinte e cinco  
162 por cento da população. Assim sugeriu que essa questão da ocupação do espaço público seja  
163 um dos temas debatidos durante o processo de elaboração do Plano Diretor de Mobilidade.  
164 Chamou atenção para a metodologia da participação social do PlanMob, sugerindo realmente a  
165 ampla participação da sociedade nos dois processos, tanto na elaboração do Plano Diretor da

ATA 1ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

166 cidade quanto no Planmob-JP, pois participação social não se resume à apenas quatro  
167 audiências públicas. Ressaltou também que esses planos diretores só terão serventia se as  
168 pessoas tiverem um sentimento de pertencimento pela cidade. É participando efetivamente que  
169 se pode conhecer do documento para que as pessoas possam cobrar das futuras gestões e por  
170 isso é necessário usar dos diversos processos pedagógicos de participação social, inclusive os  
171 diversos movimentos que estão no debate da mobilidade urbana e desenvolvimento urbano  
172 podem colaborar para que as discussões sejam capilarizadas, atingindo assim o maior número  
173 de pessoas. O Senhor Newton Jorge, morador do Bairro Treze de Maio e representante do  
174 Orçamento Participativo, reclamou da baixa quantidade de ônibus circulando em seu bairro, além  
175 da falta de conectividade entre as linhas. Pediu à gestão que prezasse pela adequação e maior  
176 integração. O Senhor Raimundo, representante do Fórum Estadual de Direitos Humanos e  
177 Fórum Estadual da Reforma Urbana colocou que para fazer a reforma da mobilidade é preciso  
178 cessar com o *lobby* das empresas do setor automobilístico, é preciso também desconstruir a  
179 cultura da individualidade e elogiou a ideia da inversão da pirâmide e ilustra a mudança cultural  
180 que passa a valorizar e priorizar pedestres e ciclistas na política pública. O Senhor Sérgio Aires,  
181 co-fundador do Minha Jampa, pediu que a Semob-JP fosse mais pragmática com relação a  
182 forma de participação, que seja dito como será feito e quando. Também citou que a cidade de  
183 Fortaleza tem uma meta de ser a cidade mais ciclável do Brasil, enquanto João Pessoa retira  
184 ciclofaixas na periferia, a exemplo da ciclofaixa removida no bairro de Mangabeira que não foi  
185 devolvida aos ciclistas. O Senhor Flávio Tavares, Secretário de Planejamento do Município do  
186 Conde, parabenizou a iniciativa do Plano. Lamentou a falta dos demais gestores dos municípios  
187 da região metropolitana porque o plano de mobilidade também engloba os municípios vizinhos.  
188 Destacou que pela dinâmica econômica a atração do município de João Pessoa, todos esses  
189 municípios conurbados tenham uma dinâmica própria, interferindo na dinâmica da cidade de  
190 João Pessoa. Por estar representando a prefeitura do município do Conde, reforçou a  
191 participação desses municípios da microrregião de forma mais integrada nas audiências  
192 públicas. Mencionou que o próprio edital para contratação do Consórcio contém a exigência do  
193 agrupamento de todos esses municípios em uma só discussão. Sobre a pesquisa qualificada  
194 descrita no Termo de Referência do Plano, colocou que a amostragem é pouco significativa,  
195 considerando que haverá apenas doze pontos de coleta. A Senhora Djanice Reinaldo, moradora  
196 do bairro de Mandacaru, reclamou sobre o alto preço da tarifa de ônibus, da precarização dos  
197 ônibus em áreas de periferia, além da falta de abrigos de ônibus. Também disse que falta de  
198 respeito com os cadeirantes e idosos por parte do empresariado que não contribui para

ATA 1ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

199 acessibilidade na cidade. Achou que poucos representantes da sociedade civil estavam  
200 presentes em audiência pública. O Senhor Henrique França, representante do João Pessoa Que  
201 Queremos, questionou quais serão os grupos sociais que irão ser convidados pela Semob-JP  
202 para participar das discussões do plano, pois a explanação feita pelo superintendente não  
203 especifica quem são, quais são e quantos são. Também deu ênfase a ausência das campanhas  
204 educativas no processo de elaboração do plano e sugere que a gestão invista em ações e  
205 planos educativos. O Senhor Caio Henrique, representando o Cidade Bike, questionou o discurso  
206 da ampla participação social e diz que há uma confusão entre participação social com consulta  
207 pública. Ressaltou que a Lei da Mobilidade seja cumprida no dia a dia, exemplificando a gestão  
208 que retirou de forma silenciosa e sem estudo técnico a ciclofaixa de Mangabeira, situada na rua  
209 Porfirio Costa, nesse caso foi dado privilégio ao modo individual motorizado. Mencionou que  
210 mais de 1250 ciclistas utilizam a ciclofaixa, dado obtido por contagem manual realizada pelo  
211 Coletivo Cidade Bike, mesmo assim obteve como resposta do Superintendente que praticamente  
212 não passa nenhum ciclista na via. Reivindicou a requalificação da ciclovia da Tancredo Neves. E  
213 disse que há uma redução da malha cicloviária, enquanto a gestão enfatiza de forma publicitária  
214 a entrega da ciclofaixa da Beira Rio que faz a ligação praia-centro, ignorando a periferia. A  
215 Senhora Karine Oliveira, coordenadora do Instituto Soma Brasil, uma organização que trabalha  
216 com monitoramento da transparência pública em João Pessoa, lembrou que há quatro anos,  
217 coincidentemente no mesmo período, vários movimentos e associações da sociedade civil  
218 organizada estavam demandando ao Ministério Público do Estadual a realizar a primeira de uma  
219 série de três audiências públicas que culminaram num processo que o Ministério Público  
220 implementou pra fazer com que a Prefeitura de João Pessoa cumprisse a obrigação de fazer o  
221 Plano Diretor de Mobilidade Urbana. É importantíssimo que a cidade consiga elaborar o seu  
222 Plano de Mobilidade, onde há quatro anos a sociedade vem reivindicando esse pleito. Em dois  
223 mil e quatorze aconteceu, na Estação Ciência, um seminário que reuniu mais de cem pessoas,  
224 representantes do poder público e da sociedade civil, de onde se tiraram diretrizes para  
225 construção da Política Pública de Mobilidade Urbana. Sobre a questão colocada pelo  
226 Superintendente Senhor Carlos Batinga da participação ser uma inovação, a Senhora Karine  
227 Oliveira ressaltou que o direito da participação popular existe há vinte e nove anos, presente na  
228 Constituição de 1988. Em sua opinião a inovação é o poder público reconhecer o direito das  
229 pessoas se expressarem e participarem dos processos de construção da política pública da  
230 mobilidade urbana. Propôs um aperfeiçoamento do processo participativo, ampliando o número  
231 de audiências públicas, como também sugere que a gestão realize as escutas com a população

ATA 1ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

232 durante todo o processo de elaboração. Complementou sua proposta de ampliação da  
233 participação reivindicado do Superintendente um espaço em sua agenda para que os  
234 movimentos e organizações que queiram colaborar, a exemplo do Soma Brasil, João Pessoa  
235 Que Queremos, Cidade Bike, Minha Jampa, Instituto dos Arquitetos do Brasil- sessão Paraíba,  
236 Fórum Participativo do Plano Diretor, construam um processo de participação aprimorado e que  
237 ela tenha densidade. A Senhora Estalizabel Bezerra, deixou também como sugestão que a  
238 Secretaria de Planejamento de João Pessoa seja convidada a participar das escutas setoriais e  
239 reivindicou que a Semob-JP explicita em algum momento no cronograma da participação social  
240 um workshop de validação ou de síntese do texto final do PlanMob-JP. Após a conclusão das  
241 falas, o Superintendente Senhor Carlos Batinga respondeu questionamentos levantados durante  
242 a audiência, disponibilizou o *email* do Plano Diretor de Mobilidade Urbana para grupos sociais  
243 que porventura não foram mencionados no quadro de entidades convocadas para participação.  
244 Enfatizou que as atividades regulares e cotidianas da Semob-JP irão continuar independentes do  
245 processo de elaboração do PlanMob. Esclareceu que a base central do PlanMob é a pesquisa  
246 domiciliar que permitirá uma visão plural do sistema de mobilidade. Encerrou a Audiência Pública  
247 agradecendo à presença de todos os presentes e salientou que a Semob-JP nunca esteve tão  
248 aberta para ouvir a população.

249

João Pessoa, 18 de julho de 2017.